

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 10/2024 EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 02/2024

1- OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

O município de Anita Garibaldi, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento para prestação de Confecção de Próteses Dentárias para atendimento do Programa Nacional de Prótese Dentária da Política Nacional de saúde bucal durante o exercício de 2024, conforme disposto na Constituição Federal, Lei 14.133/2021 e Decreto Federal 11.878/2024 no que couber, Normas Operacionais e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados a partir de 05 de julho de 2024 e a respectiva documentação deverá ser entregue por e-mail: licitacoes@anitagaribaldi.sc.gov.br, ou presencialmente no setor de compras e licitações da Prefeitura de Anita Garibaldi/SC, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00.

2- DA QUANTIDADE

2.1 – A quantidade de serviços a serem prestados pelos credenciados levará em conta a demanda de pacientes mas não poderá ultrapassar a quantidade de 30 próteses mensais.

2.2 – A escolha do profissional será a critério de terceiros (art. 79, II da Lei 14.133/21).

3 – REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

3.1. - Os interessados deverão apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços a partir da publicação do presente instrumento até 31/12/2024.

3.1.1 - É vedada a participação no processo de credenciamento de pessoa física ou jurídica que:

I - esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal;

ou II - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2. Poderão se credenciar somente as “pessoas jurídicas”, que apresentarem os Documentos descritos neste Edital.

3.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital e ao Termo de Referência através da internet pelos sítios eletrônicos Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi no site: <https://anitagaribaldi.atende.net/cidadao>, pelo Portal Nacional de Compras Públicas e pelo Portal de Compras Públicas.

3.4 – Os interessados deverão encaminhar os documentos através do e-mail: licitacao@anitagaribaldi.sc.gov.br ou entregue presencialmente no setor de compras do município.

3.5 - O interessado declarará, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas na legislação, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências do edital.

3.5.1. - A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade penal.

3.5.2. - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

3.6. - O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos neste edital será credenciado pela municipalidade, com a possibilidade de, no interesse da administração, ser convocado para assinatura do contrato no prazo de 05(cinco) dias, durante todo o prazo de validade deste credenciamento, respeitando sua vigência.

4 – DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO

4.1 – A empresa interessada em se credenciar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, cujo prazo de análise será de até 5 (cinco) dias úteis:

I – Qualificação jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações;
- d) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II – Qualificação fiscal e trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014);
- c. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.);
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante; e. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA EMITIDA PELO SISTEMA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE QUANDO EXPRESSO NA PRÓPRIA CERTIDÃO;
- h. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9.854/99 e no Decreto nº.4.358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

5 – IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal de Compras Públicas no prazo de três dias úteis a contar de sua apresentação.

5.2 Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, no prazo de três dias úteis, contado da data de publicação da decisão. Se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis o recurso será encaminhado à autoridade superior que proferirá decisão no prazo máximo de dez dias contados da data de recebimento dos autos.

6 – PREÇOS DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Qtd	Valor unitário	Valor total
1	Prótese parcial removível inferior ou superior (PPR).	180	R\$ 300,00	R\$ 54.000,00

6.1 – Tendo em vista o prazo do credenciamento até 31/12/2024, os preços não sofrerão reajustes.

7 - CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 – A confecção das próteses com o fornecimento dos materiais é de responsabilidade da empresa contratada;

7.3 – O município fornecerá os moldes e caberá a credenciada sua confecção;

7.4- Os serviços deverão ser prestados por profissionais qualificados devidamente registrados no conselho de classe competente, EM ATÉ 45 DIAS, conforme disponibilidade de horário do prestador de serviços.

7.5 - A credenciada, deverá obedecer integralmente às disposições do Código da vigilância sanitária e das Resoluções da ANVISA e demais normas vigentes;

7.6 – A credenciada somente terá permissão para confeccionar as próteses após a emissão da ordem de compra;

7.7 - A credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Solicitação de Fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da credenciada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

7.9 - A credenciada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

7.10 - A credenciada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

7.11 - A credenciada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos fornecidos.

7.12 - A credenciada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da credenciante

7.13 - A credenciada se obriga a entregar dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados, de acordo com suas necessidades.

7.14 - Caberá à credenciada manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

7.15 - A credenciada se obriga a prestar informações sobre o andamento da execução de entrega dos produtos. Caso ocorram imprevistos deverá notificar de imediato a Secretaria Municipal de Saúde, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos produtos.

8 – DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal e relação nominal dos atendimentos realizados pela credenciada.

9 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Realizados os procedimentos previstos nos itens já apresentados, o habilitado poderá ser convocado para assinatura do instrumento contratual próprio válido até 31/12/2024, nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

9.2 - O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado será de 05 (cinco dias) úteis. Podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.3 - A vigência dos contratos decorrentes deste credenciamento será da data de sua assinatura até 31/12/2024.

9.4- Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, respeitadas as condições expostas no presente Edital.

9.5 - Os contratos decorrentes deste credenciamento deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público nos termos do artigo 91 da Lei 14.133/2021, respeitadas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

10 - DA ANULAÇÃO DA REVOGAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

10.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

10.1.1. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.2. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos contratuais já celebrados que dele resultaram.

10.2. A municipalidade poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado;

e IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

10.2.1. O pedido de descredenciamento realizado pelo credenciado não o desincumbirá do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

10.2.2. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

10.3. Os credenciados, após convocação para assinatura do instrumento contratual estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Anita Garibaldi, 25 de julho de 2024.

João Cidinei da Silva
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

1. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

Item	Descrição	Qtd	Valor unitário	Valor total
1	Prótese parcial removível inferior ou superior (PPR).	180	R\$ 300,00	R\$ 54.000,00

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de suprir a demanda das pessoas para a realização de próteses dentárias, é necessário a realização do objeto deste credenciamento de acordo com as definições nacionais do Ministério da Saúde para atender a demanda de usuários do município.

Entende-se que a aquisição deve ser de acordo com a demanda devido à essencialidade e necessidade pública permanente à Administração solicitando o credenciamento de um laboratório para a realização das Prótese Dentária (LRPD) - Brasil Sorridente.

Assim, faz-se necessário a contratação de empresa especializada em próteses dentarias para fornecimento das mesmas aos usuários do Sistema Único de Saúde, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. O incentivo financeiro de custeio dos LRPD é repassado dentro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, Grupo Atenção Básica, Piso da Atenção Básica em Saúde, Incentivo para as Ações Estratégicas.

A Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista fornecer as próteses aos usuários do município, busca pelo serviço de qualidade, direito constitucional básico a todos na atenção básica de acordo com a Portaria 2436 de 2017 do Ministério da saúde.

A política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente, tem promovido a reorganização das práticas e da rede de atenção à Saúde, ampliação e qualificação do acesso aos serviços de Atenção Básica em Saúde Bucal, principalmente por meio das equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família, e da Atenção Especializada em Saúde Bucal, através da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dos laboratórios regionais de prótese dentária (LRPD), pautando-se nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

3. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 - As próteses deverão ser entregues no prazo máximo de 45 dias após a emissão da solicitação de fornecimento.

3.2 - A entrega deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente embalada de acordo com as especificações que o objeto requer.

3.3 - As embalagens deverão estar em perfeitas condições e o acondicionamento deverá ser adequado à natureza do produto.

3.4 - As etapas para confecção das próteses são:

ETAPAS	PRESTADOR DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
1ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Confecção da moldagem pelo dentista
2ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Confecção de estrutura metálica fundida
3ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Prova de estrutura metálica fundida, registro de mordida, escolha da cor dos dentes
4ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Montagem dos dentes em cera
5ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Prova da estrutura com os dentes
6ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Acrilização
7ª Etapa	Empresa vencedora da Licitação	Instalação da prótese (com supervisão do Dentista da ESF)

4. CRITÉRIO PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Será declarado vencedor o fornecedor que apresentar oferta pelo menor preço por Item.

4.2. O fornecedor deverá apresentar documentação de Habilitação Jurídica, Fiscal e Sanitária.

4.3. As empresas credenciadas deverão apresentar o número do CNES e CRO do laboratório junto com os documentos para habilitação.

4.4. O Município será responsável apenas por agendar junto a Vencedora da licitação a data e horário de atendimento dos pacientes e controlar o fluxo da demanda.

4.5. Somente serão classificadas as propostas cujos materiais atendam às especificações mínimas solicitadas;

4.6. Os serviços deverão ser prestados por profissionais qualificados devidamente registrados no conselho de classe competente, EM ATÉ 45 DIAS, conforme disponibilidade de horário do prestador de serviços.

4.7. A credenciada, deverá obedecer integralmente às disposições do Código da vigilância sanitária e das Resoluções da ANVISA e demais normas vigentes.

4.8. O fornecimento das próteses dentárias ao município de Anita Garibaldi será realizado por requisições através da emissão de Solicitação de Fornecimento enviadas à credenciada pelo Setor responsável.

4.9. Os materiais deverão ser entregues pela proponente vencedora da licitação, de forma parcelada, conforme demanda sem quaisquer acréscimos a partir da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado a critério da administração.

4.10. A credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Solicitação de Fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, procedência e prazo de garantia ou validade.

4.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da credenciada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

4.13. A credenciada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

4.14. A credenciada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.15. A credenciada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos fornecidos.

4.16. A credenciada deverá executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da credenciante.

4.17. A credenciada se obriga a entregar dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados, de acordo com suas necessidades.

4.18. Caberá à credenciada manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

4.19. A credenciada se obriga a prestar informações sobre o andamento da execução de entrega dos produtos. Caso ocorram imprevistos deverá notificar de imediato a Secretaria Municipal de Saúde, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da entrega dos produtos.

5. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A fiscalização do contrato decorrente deste Processo de Credenciamento será exercida pela Secretaria da Saúde, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

5.2. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

5.3. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida no Edital de Credenciamento.

6.2. Efetuar o pagamento 30 dias corridos do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

6.3. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

6.4. Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas

6.5. Fornecer requisições de serviços;



7.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;
- 7.2. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 7.3. Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 7.4. Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;
- 7.5. Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;
- 7.6. Observar as normalizações estabelecidas, parte integrante deste instrumento.
- 7.7. Prestar atendimento em até 15 dias do dia que a Secretaria entrar em contato para agendamento do serviço.

8.DO PRAZO DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento deverá ser realizado no prazo de até 30 dias corridos após a emissão da nota fiscal.
- 8.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Anita Garibaldi, 05 de julho de 2024.

Secretária de Saúde

ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.608.771/0001-70, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930 - centro, neste ato representado pelo Prefeito LUIZANGELO GRASSI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado XXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede em XXXXXX doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e convencionado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO Tem como objeto a CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Parágrafo Único - Integra e Completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na chamada pública para CREDENCIAMENTO n. XX/2024, no seu Edital, na Lei 14.133/2021 e demais legislações vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA- REGIME DE EXECUÇÃO Os serviços serão executados de forma direta por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade do Credenciado, em instalações próprias da empresa, mediante a requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Não poderão os pacientes sofrer qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços.

Parágrafo Único - A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do Fundo Municipal de Saúde, especialmente designado, em atenção ao art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário por procedimento.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias de 2024:

SECRETARIA DE SAÚDE

desp. 236 – 3.3.90.00.00.00.00150010020002 - aplicação em saúde – recursos próprios

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS O presente Contrato de credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração até 31/12/2024.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE O valor contratado para a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato, não poderá sofrer reajuste em prazo inferior a 01 (um) ano, decorrido referido prazo o valor poderá ser reajustado tomando como base o índice INPC/IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

7.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida no Edital de Credenciamento.
- b) Efetuar o pagamento até o 30 dias corridos após a emissão do Edital;
- c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- e) Fornecer requisições de serviços;

7.2. Constituem obrigações do CONTRATADO:

- a) Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;
- b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;
- e) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;
- f) Observar as normalizações estabelecidas, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços contratados, será aplicado ao CONTRATADO multa moratória de valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total em atraso limitado a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, sendo garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a qualquer tempo, desde que, para tanto, seja notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do pretendido termo final do Pacto. Parágrafo Único - Fica convencionado, igualmente, que nenhum direito indenizatório será gerado às partes, em decorrência da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO O presente Contrato será acompanhado e devidamente fiscalizado pela Secretaria Municipal da Saúde por agente público indicado, quem deverá realizar o controle de todo o estabelecido no Instrumento Contratual e responder ao credenciado quando requeridas comunicações e esclarecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO



Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi - SC, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam o presente com as testemunhas abaixo, em duas vias, de igual teor e forma.

Anita Garibaldi.. de .. de 2024.

Assinaturas: